



14/ Goiana

**CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**  
**Estado de São Paulo**  
Departamento Legislativo

Piracicaba, 16 de março de 2018.

Ofício D.L. 927 / 2018  
Ref. a Moção Nº 41/2018

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo a deliberação do Plenário desta Casa de Leis, encaminhamos a Vossa Excelência, cópia da moção em epígrafe, de autoria do vereador **ADRIANA C. SGRIGNEIRO NUNES** e outros, aprovada em Reunião Ordinária deste ano legislativo.

Valemo-nos da oportunidade para renovar nossos protestos de estima e apreço.

**MATHEUS ANTONIO ERLER**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
**Rodrigo Maia**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF.

Ponto:

4553

Ass.:

João de Deus

19/03/18

Pres.



# **CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**

## **Estado de São Paulo**

### **MOÇÃO Nº 041/2018**

**De apelo ao Exmo. Sr. Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para urgência de votação e aprovação do Projeto de Lei 8.556/17, que dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado, aos membros da Segurança Pública que, por motivo de reserva proveniente de acidente de trabalho, não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.**

Considerando que, no Brasil, segundo o Mapa da Violência, entre os anos de 1980 e 2014 ocorreram 1.317.995 homicídios no país, que, segundo o 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2016, ocorreram 61.619 assassinatos, recorde histórico e que, neste mesmo ano, 437 policiais militares e civis foram assassinados no país.

Em 2016, em que pese a vigência do Estatuto do desarmamento, 12.708 armas foram apreendidas nas mãos de criminosos, dentre elas centenas de fuzis, além de 39.311 Kg de cocaína, crack e pasta base, 224.829 Kg de maconha, 490.270 comprimidos de ecstasy, além de outras drogas de menor entrada e esses números comprovam que a violência só aumenta no país.

Essa violência absurda apresenta números que em muitas guerras não se vê, pois em 2017, somente no Estado do Rio de Janeiro, houve o registro de 292 policiais baleados, destes 134 não resistiram e morreram. Do total, 274 eram Policiais Militares, 13 eram Policiais Civis, 5 eram agentes da PRF. Destes, 137 estavam de serviço, 62 de folga, 28 eram reformados e 3 aposentados.

Desde 2001, foram assassinados mais de 1141 PM no estado de São Paulo e que a violência que atinge os Policiais Militares fez com que 3.131 homens e mulheres fossem afastados do trabalho por terem sido atingidos por tiros, muitas vezes de fuzil, ou facadas ou envolvidos em capotamento de viaturas, atropelados por bandidos ou vítimas de outros acidentes no serviço ou na folga, de 2015 até agora.

Os ferimentos que vitimam os Policiais normalmente são gravíssimos, quando eles sobrevivem, os tiros, facadas, explosões os incapacitam para suas atividades habituais, na maioria dos casos, faz com que sejam colocados na condição de inativos, não permitindo mais a ascensão na carreira e influenciando muito nas condições de sobrevivência do policial e de sua família, que deixa de poder complementar sua baixa renda com as, tão comuns, atividades extra serviço.



# **CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA**

## **Estado de São Paulo**

Há que se falar que ao passar para a condição de inativo, os vencimentos dos policiais caem muito, pois deixam também de receber diárias, vale-alimentação e outros.

O Projeto de Lei 8556/17 de iniciativa do Deputado Laudívio Carvalho, torna obrigatório no âmbito dos entes federativos, a quitação dos imóveis financiados pelos órgãos do Estado, que foram adquiridos pelos integrantes da segurança pública que, no exercício de suas atribuições, foram para a reserva em razão de acidente de trabalho e abarca todos os agentes públicos assim descritos no artigo 144 da CF/88, além de agentes penitenciários socioeducativos e guardas municipais.

Esses agentes da lei morrem ou doam sua saúde para proteger a sociedade e nada mais justo que um projeto de lei para amenizar o drama vivido por milhares de policiais e suas famílias em todo o país, motivos pelos quais pugno pela aprovação da presente moção como forma de valorizar aqueles que literalmente se doam para nos proteger.

Sala das Reuniões, 06 de Março de 2018.

### **(a) Adriana Cristina Sgrigneiro Nunes**

- (a) Aldisa Vieira Marques
- (a) André Gustavo Bandeira
- (a) Ary de Camargo Pedroso Júnior
- (a) Carlos Gomes da Silva
- (a) Dirceu Alves da Silva
- (a) Gilmar Rotta
- (a) Isac Alves da Silva
- (a) Jonson Sarapu de Oliveira
- (a) José Aparecido Longatto
- (a) José Francisco Roncato
- (a) José Marcos Abdala
- (a) Laércio Trevisan Júnior
- (a) Lair Braga
- (a) Matheus Antonio Erler
- (a) Nancy Aparecida Ferruzzi Thame
- (a) Osvaldo Airtton Schiavolin
- (a) Paulo Eduardo Seade Serra
- (a) Paulo Henrique Paranhos Ribeiro
- (a) Pedro Motoitiro Kawai
- (a) Rerlinson Teixeira de Rezende
- (a) Ronaldo Moschini da Silva
- (a) Wagner Alexandre de Oliveira

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2017**  
**(Do Sr. LAUDIVIO CARVALHO)**

Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado aos membros da Segurança Pública que por motivo de reserva proveniente de acidente do trabalho não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º - Torna obrigatório no âmbito dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios a quitação dos imóveis financiados pelos órgãos do Estado que foram adquiridos pelos membros da segurança pública que, no exercício de suas atribuições, entraram para a reserva por motivo de acidente de trabalho.

Parágrafo único: São considerados membros da segurança pública, para efeitos desta lei, todos os agentes do artigo 144 da Constituição Federal, bem como, os agentes penitenciários, socioeducativos e os guardas municipais.

Art. 2º - A incapacidade, que se refere ao caput do artigo anterior será atestado pelo serviço médico, obedecendo-se à Classificação Internacional de Doenças (CID).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**PROJETO DE LEI N.º 8.556, DE 2017**  
**(Do Sr. Laudívio Carvalho)**

Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado aos membros da Segurança Pública que por motivo de reserva proveniente de acidente do trabalho não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º - Torna obrigatório no âmbito dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios a quitação dos imóveis financiados pelos órgãos do Estado que foram adquiridos pelos membros da segurança pública que, no exercício de suas atribuições, entraram para a reserva por motivo de acidente de trabalho.

Parágrafo único: São considerados membros da segurança pública, para efeitos desta lei, todos os agentes do artigo 144 da Constituição Federal, bem como, os agentes penitenciários, socioeducativos e os guardas municipais.

Art. 2º - A incapacidade, que se refere ao caput do artigo anterior será atestado pelo serviço médico, obedecendo-se à Classificação Internacional de Doenças (CID).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta pretende beneficiar o policial militar, civil, federal dentre outros que compõem o rol da segurança pública que, no exercício de suas atribuições, foram para a reserva por acidente de trabalho e se tornaram inaptos para o exercício da função.

Como os beneficiados são servidores que estão sempre colocando em risco as suas vidas para proteger a sociedade, nada mais justo que o Estado interceda junto a estes policiais quando forem afastados por fatalidades, no decorrer da atividade laboral.

Desta forma, esta proposta tem por objetivo criar um mecanismo para tentar amenizar o drama vivido pelos agentes da segurança pública que não mais podem contribuir para a proteção da sociedade.

É sabido que ao conceder este tipo de benefício aos agentes, o Estado estará reconhecendo o exercício da profissão. Ocorre que a incapacidade gerada por esta atividade, muitas vezes, é gravíssima e que devido a

# PL 8556/2017

## Projeto de Lei

**Situação:** Aguardando Designação - Aguardando Devolução não-membro

### Identificação da Proposição

#### Autor

Laudivio Carvalho - SD/MG

#### Apresentação

12/09/2017

#### Ementa

Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado aos membros da Segurança Pública que por motivo de reserva proveniente de acidente do trabalho não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.

## Informações de Tramitação

---

#### Forma de apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

#### Regime de Tramitação

Ordinária (Art. 151, III, RICD)

#### Despacho atual:

| Data       | Despacho                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 29/09/2017 | Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD) |

## Última Ação Legislativa

---

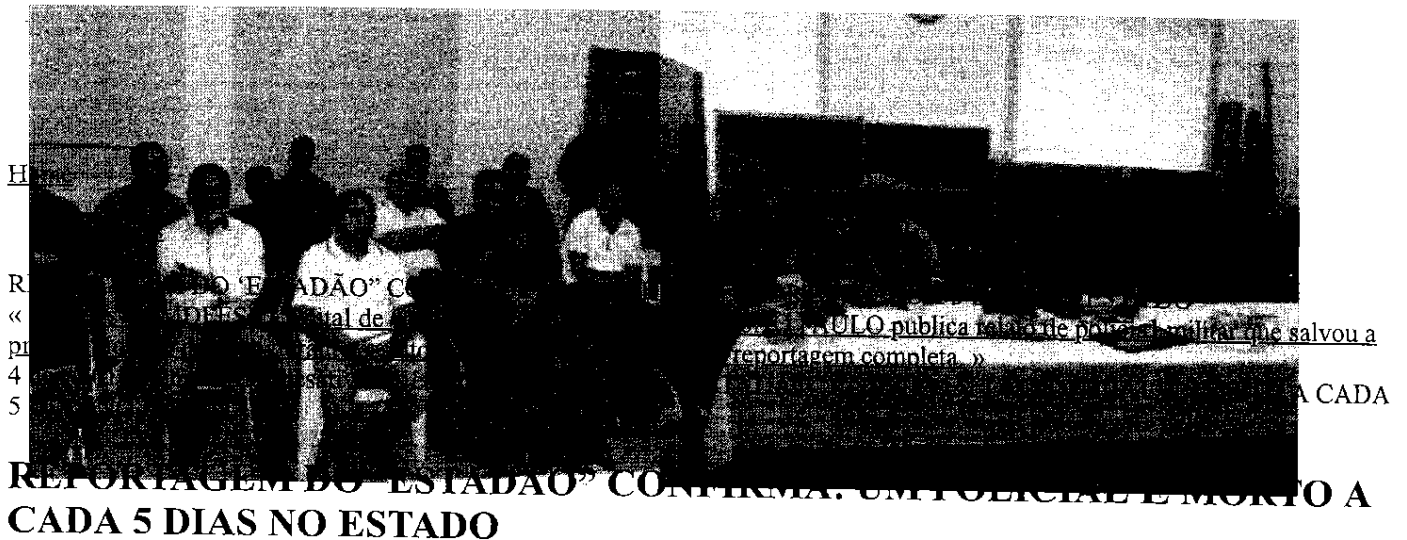
| Data       | Ação                                                                                               |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 04/10/2017 | Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO )<br>Recebimento pela CSPCCO. |

## Documentos Anexos e Referenciados

---

| <b>Data</b> | <b>Andamento</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 29/09/2017  | <p><b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)</li> </ul> |
| 02/10/2017  | <p><b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/10/17 PÁG 174 COL 01.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                          |
| 04/10/2017  | <p><b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recebimento pela CSPCCO.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 05/10/2017  | <p><b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Designado Relator, Dep. Capitão Augusto (PR-SP)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                            |
| 06/10/2017  | <p><b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 09/10/2017)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                           |
| 18/10/2017  | <p><b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                 |

Tércio Bispo Molica, José Ricardo Barssuglio de Oliveira, Olinto Pimenta da Silva, Antônio Carlos dos Santos, Luiz Antônio Gonzáles, José Carlos Lopes, Julio Cesar da Silva e Marcelo do Prado Manfredo



Tags

Plurk

Twitter

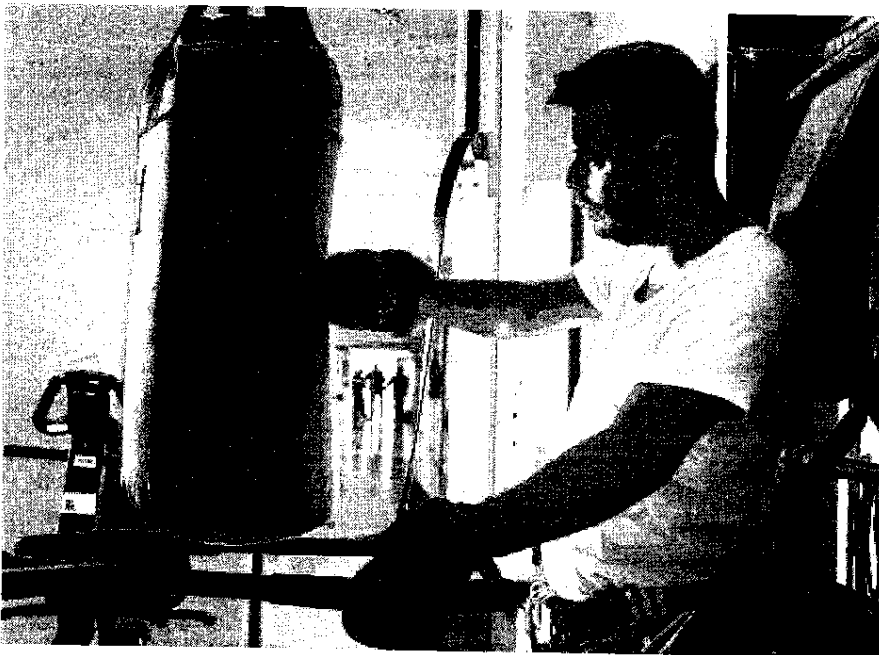
G+

 Share this

### Um policial militar é morto a cada 5 dias no Estado de SP

Foram 1.147 assassinatos desde 2001 e 43 só neste ano; número de feridos passa de 3 mil em 30 meses

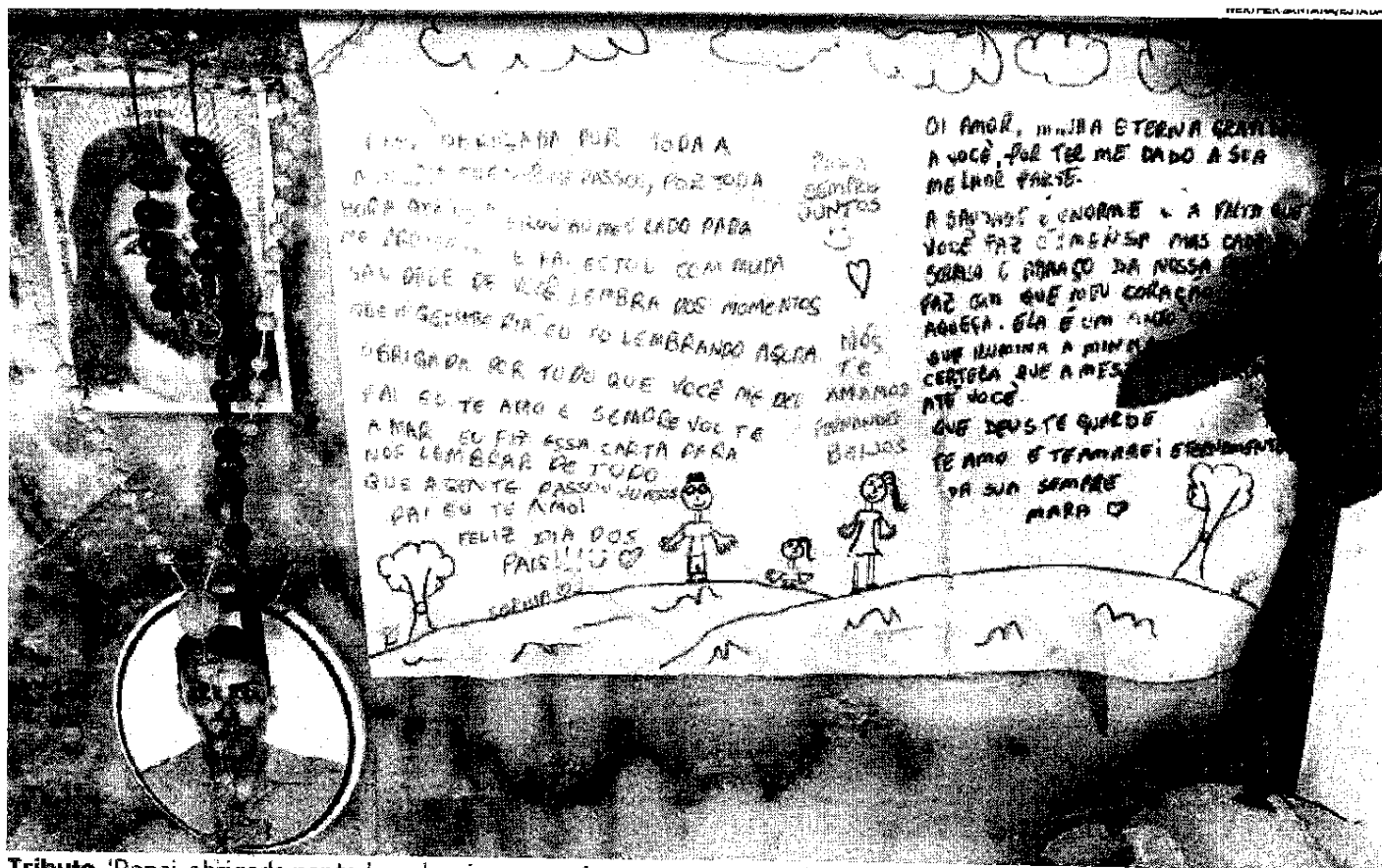
- O Estado de S. Paulo.
- 3 Dec 2017
- Marcelo Godoy / TEXTOS Werther Santana / FOTOS



Reabilitação difícil. O soldado Gilson Ribeiro durante sessão de fisioterapia: ele foi atacado por bandidos durante a folga e ficou paraplégico

Desde 2001, 1.147 policiais militares foram assassinados no Estado de São Paulo, o equivalente a dois batalhões, informa Marcelo Godoy. Só em 2017, até outubro, 43 PMs foram mortos, número que supera a média mensal dos dois últimos anos. A grande maioria, ou 85%, é assassinada na folga e metade é vítima de atentados. Os dados são da própria PM, que também contabiliza um grande contingente de feridos: 3.131 homens foram afastados por esse motivo desde 2015. "Nós somos treinados para ser super-heróis, mas na verdade nós não somos", resume o soldado Gilson Ribeiro, de 36 anos, que ficou paraplégico depois de ser atacado por bandidos.

O papel está ali, colado na parede branca de mármore. “Papai, obrigada por toda a alegria que você me passou, por toda a hora que você passou ao meu lado para me proteger. E, pai, eu estou com muita saudade de você.” A letra de forma da carta escrita com uma canetinha roxa já está um pouco desbotada. A menina escreveu em 2014 para o pai, o soldado Fernando Gomes Kaczmarek Correa. Ele era um policial. Um grupo de homens ouve a leitura que dela faz em voz alta o capitão Ricardo Salvi, da Polícia Militar. Todos estão no mausoléu da corporação, no Cemitério do Araçá, na zona oeste de São Paulo.



**Tributo.** 'Papai, obrigada por toda a alegria que você me passou, por toda a hora que passou ao meu lado', escreve Sophia

A autora da carta é filha de um dos 1.147 policiais militares assassinados desde 2001 no Estado, um efetivo equivalente a dois batalhões inteiros da corporação. É como se a cada cinco dias um policial fosse morto em São Paulo. O pai de Sophia – o soldado Correa – era patrulheiro rodoviário. Estava com um colega na Rodovia dos Imigrantes, às 3h30 do dia 14 de dezembro de 2013, quando fez sinal para um carro parar. Ao caminhar para abordá-lo, apareceu um Honda preto, que o atropelou. O motorista fugiu e, 14 quilômetros adiante, furou um bloqueio policial, na Baixada Santista.

A maioria da audiência do capitão Salvi é composta de novatos, recém-chegados à 6.ª Divisão da Corregedoria da PM, o setor responsável por prender agressores e assassinos de policiais no Estado. O ritual da leitura prossegue: “Obrigada por tudo o que você me deu, pai. Eu te amo e sempre vou te amar”. Esguio, de fala pausada, o capitão é um homem habituado com essas histórias. Ele prossegue a leitura: “Eu fiz essa carta para lembrar de tudo o que a gente passou junto”. A carta termina com desenhos infantis, representando o pai, a viúva, Mara, e a filha, Sophia, todos rodeados de beijos e corações em torno da frase da menina, que era seu desejo. “Feliz dia dos pais!!!”

Outras tantas cartas estão ao lado das fotos de outros tantos pais no mausoléu. Quase sempre dos chamados praças – de soldados a subtenentes –, base

“Querida ter dito muito mais ‘eu te amo’ a você. Pai, sei que é tarde para poder dizer, mas sei que você sempre soube do meu amor.”

Carta da família do soldado Francisco Diamazum Vieira da hierarquia da corporação. Compõem a maioria de outro número enorme: o dos policiais feridos todos os anos. A violência que atinge os PMs fez com que 3.131 homens e mulheres fossem afastados do trabalho por terem sido atingidos por tiros ou facadas ou envolvidos em capotamento de viaturas, atropelados por bandidos ou vítimas de outros acidentes no serviço ou na folga, de 2015 até agora.

Reunido pelas Juntas Médicas da Diretoria de Saúde da corporação, esse número, ao lado do total de mortos no período computado pela Corregedoria, ajuda a traçar um retrato inédito da violência que atinge esses profissionais. Durante seis meses, o Estado acompanhou as histórias de policiais que enfrentaram a morte e sobreviveram e do grupo que apura ameaças, agressões e assassinatos de policiais. São casos como o do soldado Gilson Ribeiro, de 36 anos, que foi baleado quando tentava defender-se de ladrões durante a folga. “Nós somos treinados para ser super-heróis, mas na verdade não somos”, disse. Ribeiro faz fisioterapia neurológica, no Centro de Reabilitação da PM. A bala que o acertou o deixou paraplégico. Era 2014. Ele trabalhava no patrulhamento das ruas.

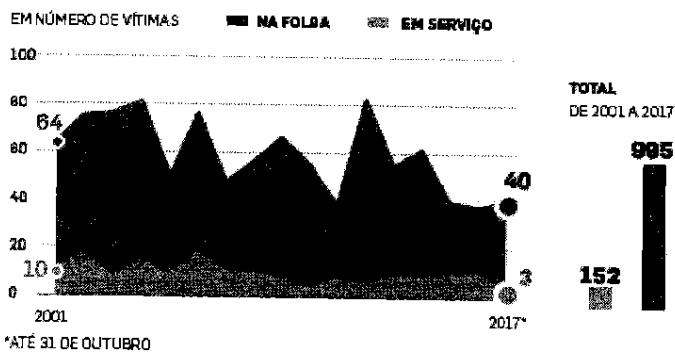
Folga. De folga também estavam, de acordo com os números das PM, 85% dos policiais assassinados neste século no Estado. Neste ano, dos 43 PMs assassinados em São Paulo, só 3 foram mortos durante o serviço – 4,3 casos por mês, ante 4 no ano passado e 3,8 em 2015. A violência contra policiais pode ser medida ainda pelas medalhas Cruz de Sangue dadas pela PM.

Elas são de três tipos: ouro, prata e bronze. A de grau ouro é póstuma, a de prata é para casos de invalidez e a de bronze, para policiais feridos em serviço ou folga em defesa da sociedade. Criada em 1998, até hoje foram concedidas 1.145 – 291 de ouro, 63 de prata e 791 de bronze.

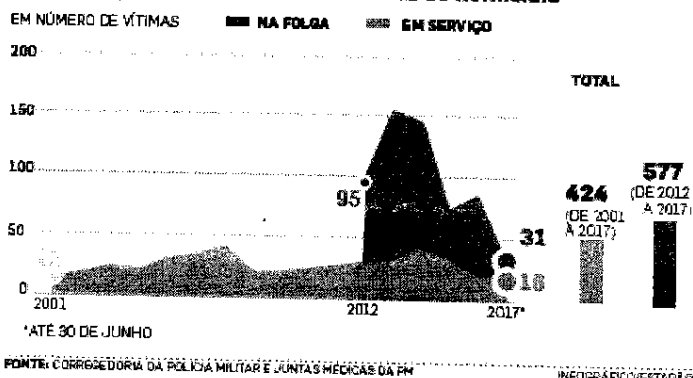
## VÍTIMA

### • Mortes equivalem a dois batalhões

#### Quando o policial é assassinado



#### Quando o policial é vítima de tentativa de homicídio



### 80% dos crimes são esclarecidos, diz Corregedoria

- O Estado de S. Paulo.
- 3 Dec 2017
- / M.G.

Os 30 homens do grupo da Corregedoria da PM responsável por caçar matadores de policiais detiveram 177 acusados desses crimes de janeiro de 2015 a setembro deste ano – uma detenção a cada cinco dias. Pela estimativa do major Flávio César Fabri, chefe do grupo da Corregedoria, 80% dos crimes contra policiais são esclarecidos.

Responsável também por investigar policiais corruptos e assassinos, o coronel Marcelino Fernandes da Silva, comandante da Corregedoria, afirma que o cumprimento da lei e o controle da letalidade – de janeiro de 2015 a setembro deste ano, 2.278 pessoas foram mortas por PMs no Estado – têm o efeito de parar a espiral de vingança que consome as vidas dos agentes da corporação. “Quando o policial age fora da lei, ele ‘legitima’ que o marginal execute policiais.”

O coronel estava em seu gabinete, no bairro da Luz, no centro de São Paulo, quando recebeu em 18 de agosto dois áudios por meio de um aplicativo de conversa criptografadas. Eles continham um pedido de socorro que se espalhou pelos grupos de policiais. “Alô, eu sou a mulher do Felipe Henry, a gente acabou de ser assaltado. Atiraram nele, alguém me ajuda aqui, por favor!”

Felipe Henry Pereira Matos tinha 23 anos e apenas dois meses como policial. Havia decidido buscar a mulher, Luana Martins de Almeida Matos, e o filho de 3 meses, que moravam em Goiás. Foi em seu novo lar, no Grajaú, na zona sul, que tudo aconteceu.

O policial chegou com a família às 6h30 e foi abordado por dois bandidos. Quando perceberam a arma dele, o levaram para a garagem e o mataram com um tiro na nuca. Marcelino escuta depois outro áudio da viúva. “Socorro, socorro, ele não reagiu e mataram ele.” O coronel começa a chorar. “Isso aconteceu na frente da mulher e do filho”, conta, antes de retomar o fôlego. “Não temos espírito de vingança, mas de justiça. Nada vai trazer de volta a vida do policial.”

## Casos se concentram na Grande SP e na Baixada Santista

Choque foi o que perdeu mais entre as tropas especializadas; PM faz palestras para orientar agentes sobre riscos

- O Estado de S. Paulo.
- 3 Dec 2017
- / M.G.

Mapeamento feito pela Corregedoria da PM mostra que a cidade de São Paulo, que concentra cerca de 30 mil do 88 mil PMs do Estado, registra quase metade dos casos de policiais assassinados no Estado – 494 ou 43% do total – de 2001 a 2017. Outros 207 homens e mulheres foram mortos nos demais municípios da Grande São Paulo (18%).

### MAPA

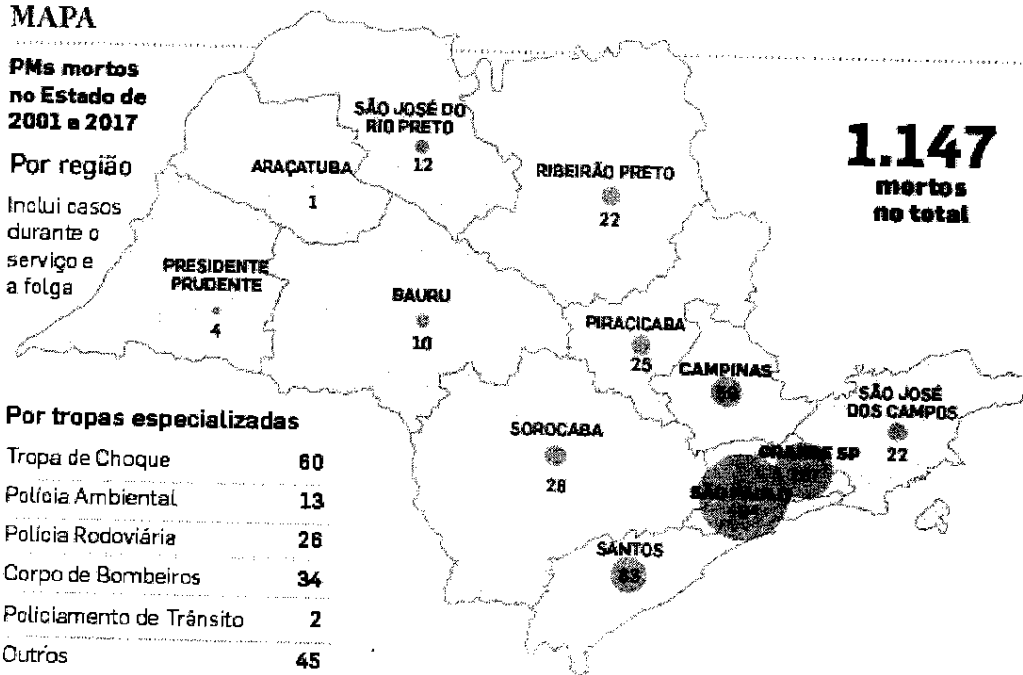
#### PMs mortos no Estado de 2001 a 2017

#### Por região

Inclui casos durante o serviço e a folga

#### Por tropas especializadas

|                          |    |
|--------------------------|----|
| Tropa de Choque          | 60 |
| Polícia Ambiental        | 13 |
| Polícia Rodoviária       | 26 |
| Corpo de Bombeiros       | 34 |
| Policiamento de Trânsito | 2  |
| Outros                   | 45 |



FONTE: CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR E JUNTAS MÉDICAS DA PM

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

No interior, é a Baixada Santista que lidera essa estatística, com 83 policiais vítimas de homicídio, seguida pela região de Campinas (59 casos). Entre as tropas especializadas, o Comando de Policiamento de Choque (CPChoq) foi o mais atingido pela violência, perdendo 60 homens. O coronel Marcelino Fernandes da Silva, comandante da Corregedoria, lembra que Baixada, Campinas e Vale do Paraíba foram as regiões do Estado escolhidas para receber os primeiros Batalhões de Ações Especiais de Polícia (Baeps), tropas que atuam como uma espécie de Rota do interior do Estado.

“A Baixada tem uma geografia parecida com o Rio e problemas semelhantes”, diz ele. A espiral de vinganças que vitimou policiais e bandidos encontrou ali, entre 2010 e 2012, um terreno fértil, mesclando a ação de um grupo de extermínio – Ninjas – e a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Aposta. Para diminuir a violência contra os policiais, a Polícia Militar ou ao sair de casa, além de controles de seus procedimentos operacionais. “Revemos os procedimentos operacionais padrão toda vez que encontramos uma falha. Fazemos esse acompanhamento diariamente, pois nada é mais importante do que a vida de quem está trabalhando”, afirma o comandante geral, coronel Nivaldo Restivo.

O comandante conta que a corporação ainda luta contra um velho inimigo dos policiais: o espírito de super-homem. “Essa cultura (do super-homem) era mais comum no passado. Hoje buscamos treinar nossos homens para privilegiar o emprego da técnica. Ele tem de saber que o fato de ele estar de coleto à prova de bala, por exemplo, não o faz invulnerável. Ele tem de saber que corre o mesmo risco que qualquer pessoa.”

### Só 5,9% das mortes têm ligação com serviço

A maioria dos policiais mortos no Estado foi vítima de atentados (49,5%) ou de roubos (21,4%), conforme as investigações feitas pela Corregedoria

- O Estado de S. Paulo.
- 3 Dec 2017
- Marcelo Godoy



**Solenidade. Suzana, a viúva do cabo Jair, recebe medalha**

Suzana vestiu uma blusa preta e uma calça jeans na quinta-feira. Era a única mulher em trajes civis a receber uma medalha na cerimônia no 2.º Batalhão da PM, na zona leste de São Paulo. Estava acompanhada pelo filho de 14 anos, por um cunhado e uma prima. Ela e o cabo Jair de Lima Rodrigues, de 42 anos, foram casados por 20 anos. Há sete meses, ele foi assassinado.

Seu marido estava no Logan do serviço de inteligência do batalhão quando um homem se aproximou de bicicleta. Pouco depois, outros passaram pelo carro – cujos vidros tinham uma película escura – e tentaram ver o que havia ali dentro.

O desfecho foi rápido. Um dos bandidos gritou. O outro largou a bicicleta, sacou uma pistola, correu e voltou para atirar. As balas perfuraram o parabrisa do Logan. Um dos disparos acertou o peito do cabo. O tiro foi fatal.

As investigações da Corregedoria mostram que só 5,9% dos assassinatos de policiais têm como motivo algum fato ligado à ocorrência que o agente atendia ou serviço que ele fazia na hora do crime. A maioria dos policiais mortos no Estado foi vítima de atentados (49,5%) ou de roubos (21,4%).

Os dados, que envolvem o período entre 2012 e 2017, revelam ainda que desentendimentos (2,2%) e crimes passionais (1,4%) ocupam pouco espaço nessa estatística – 19,4% permanecem com motivação desconhecida. “Há infratores que, desejosos de entrar para uma facção, decidem matar um policial para serem respeitados no mundo do crime”, diz o major Flávio César Fabri, cujo trabalho é prender matadores de PMs.

Para o coronel Marcelino Fernandes da Silva, comandante da Corregedoria da PM, “a morte ou a tentativa de homicídio acontece principalmente em decorrência da profissão”. “Esse foi o caso do cabo Rodrigues.”

Telefonema. “Ele era um pai e um marido maravilhoso”, afirma a viúva. No dia do crime, ela havia saído de casa, quando o telefone tocou. Era seu tio, pedindo que voltasse logo, pois havia chegado uma correspondência em casa que ela precisava assinar. “Pensei: alguma coisa aconteceu.” Era 5 de abril.

Suzana ainda espera receber o seguro de R\$ 200 mil pela morte do marido a ser pago pela PM. Enquanto isso, conta com a ajuda dos colegas do marido para levar a vida adiante. “Se não fossem eles, não teria conseguido fazer nada.” Na quinta-feira, ela recebeu do batalhão a medalha concedida ao seu marido.

Rodrigues tinha 15 anos de corporação e estava sentado no banco do passageiro do carro. Ao seu lado, o soldado Cláudio Brito Fernandes, de 40 anos, também do 2.º Batalhão, uma unidade tradicional da PM, conhecido como Dois de Ouro. O cabo e o colega trabalhavam sem farda, fazendo investigações no serviço reservado. Os dois verificavam uma informação do disque-denúncia – Brito ainda tentou socorrê-lo.

O autor do tiro que matou Rodrigues – identificado como Wesley Conrado da Silva, de 22 anos – seria morto pouco depois por policiais do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep). Outros três suspeitos foram detidos, mas acabaram soltos por falta de provas.

No dia seguinte, no velório no batalhão, enquanto amigos se abraçavam, o silêncio no salão de entrada era interrompido apenas pelo choro surdo e seco da viúva. Às 8h50, chegou ao lugar o comandante-geral da PM, Nivaldo Restivo. “Eu estava no Rio quando soube.” Era o primeiro, mas não o último enterro de um policial a que Restivo compareceria no ano – seriam sete até 30 de novembro.

Seis coroas de flores cercavam o caixão do cabo. Um pastor começou a rezar. E a reza virou elogio fúnebre. “Jair doou sua vida à sociedade”, disse o pastor Joades.

O cortejo saiu da zona leste em direção ao Mausoléu da PM, no Cemitério do Araçá, na zona oeste. É ali que são enterrados os policiais mortos em serviço. "Nunca esqueçamos. A vida desses homens faz parte de nossa memória", afirmou o tenentecoronel Márcio Santiago, comandante do 2.º Batalhão.

### 'Só vou dar um tiro na cabeça do seu marido'

- O Estado de S. Paulo.
- 3 Dec 2017
- / M.G.

Era 6 de setembro quando o major Flávio César Fabri e uma dúzia de seus homens se preparavam logo cedo para capturar um matador de policial no limite entre Santo André e Mauá, na Grande São Paulo. Foram em três carros disfarçados. Cada veículo ficaria em um ponto, vigiando uma boca de fumo.

Escondido atrás de vidros com uma película preta, Fabri levava uma escopeta com balas de borracha, caso houvesse confusão na ação. Colocou o colete à prova de balas, arrumou o estojo de primeiros socorros e ajeitou a pistola na cintura. Sobre o painel do carro, um binóculo e luvas. "Sob a proteção de Deus iremos e retornaremos", disseram os policiais em voz alta ao saírem do quartel.

Sem ar-condicionado, teriam de ficar parados debaixo do sol e fechados nos carros, vigiando durante horas. Os primeiros 15 minutos foram fáceis. Depois, o ar começou a pesar, o suor a escorrer pelo rosto e a camisa a colar no corpo, debaixo do colete à prova de balas. Tudo ficou abafado. Para não despertar a suspeita de quem passava ao lado, o silêncio tinha de ser absoluto. A 50 metros dali, homens do tráfico de drogas vigiavam.

Investigar, localizar o suspeito e prender é uma rotina para o capitão Ricardo Salvi, que estava com o major. Ele se lembra de um desses casos: "O policial estava com a mulher e a filha na cadeirinha, no banco traseiro, quando foi abordado na zona sul. Ele não reagiu porque estava com a família." Apenas um dos bandidos estava armado, mas sua pistola desmuniçada, sem carregador.

O assaltante revistou as vítimas e achou a arma do policial. "A mulher disse ao ladrão: 'Pelo amor de Deus, não mata meu marido'. E o bandido respondeu: 'Fique tranquila. A gente não vai matar seu marido. A gente só vai dar um tiro na cabeça dele'. Ele matou o policial com a arma do PM." Poucas horas depois, Salvi capturou os ladrões em um apartamento na zona sul. Estavam com o celular, a arma e os documentos do policial assassinado.

No dia 6 de setembro, a vigilância acabou às 17 horas. Salvi chamou o major pelo rádio. "Chefe, acho que podemos recolher o pessoal. Nosso 'colaborador' não apareceu." Fabri concordou. "Um dia a gente pega esse cara. Temos paciência."

fonte: O Estado de São Paulo

Comments are closed.

## Notícias Recentes

### JURÍDICO DA APMDFESP AGORA OFERECE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

05/03/18

FOLHA DE SÃO PAULO publica relato de policial militar que salvou a própria vida e a do filho durante assalto em farmácia. Leia abaixo a reportagem completa.

06/12/17

### REPORTAGEM DO 'ESTADÃO' CONFIRMA: UM POLICIAL É MORTO A CADA 5 DIAS NO ESTADO

04/12/17

## Todas as notícias

- [Ações](#)
- [Boletins](#)
- [Clínicas](#)
- [Comunicados](#)
- [Depoimento](#)
- [Depoimentos e agradecimentos](#)
- [Eterno Guerreiro 2017](#)



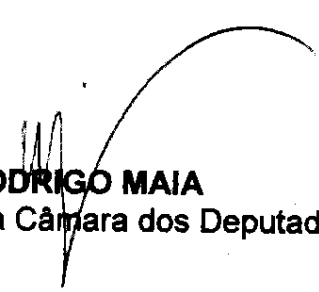
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Ofício n. 927/2018, de autoria do Senhor Vereador Matheus Antonio Erler, Presidente da Câmara de Vereadores de Piracicaba/SP. Manifestação de apelo para urgência na votação e aprovação do Projeto de Lei n. 8.556/2017.

Em 09/05/2018

Encaminhe-se, por cópia, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, na qual o Projeto de Lei n. 8.556/2017 atualmente se encontra. Publique-se. Arquive-se.

  
**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 78028 - 1